

Senhora
Donatila do Pilar Costa Nogueira
Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN
Avenida Almirante Barroso 3110 - Bairro do Marco
Belém, PA 66.610-830

Ref.: ATN/JF-12429-BR. Cooperação Técnica Não-Reembolsável. Projeto de estratégia de gestão de resíduos sólidos para a sustentabilidade ambiental e social da Bacia do Una na Cidade de Belém – PROGRESBU.

Prezada Senhora Donatila do Pilar Costa Nogueira:

Esta carta-convênio (doravante denominada “Convênio”), entre a Prefeitura da Cidade de Belém (doravante denominado “Beneficiário”) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (doravante denominado “Banco”), na condição de Administrador do Fundo Especial Japonês, que submetemos à sua consideração, destina-se a formalizar os termos e as condições para a concessão de uma cooperação técnica não-reembolsável ao Beneficiário até o montante de US\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), que será desembolsado a débito dos recursos do Fundo Especial do Japão, (doravante denominada “Contribuição”), para financiar a aquisição de obras, bens e serviços relacionados à seleção e contratação de consultores necessários para a realização de um projeto de cooperação técnica para contribuir para a sustentabilidade social, ambiental e técnica por meio de uma estratégia inovadora de gestão de lixo sólido na área da Bacia do Uma na Cidade de Belém que reduzirá e eliminará o despejo ilegal de resíduos sólidos em canais, estradas e terras vazias da área (doravante denominado “Programa”), descrito no Anexo Único deste Convênio. Salvo disposição em contrário neste Convênio, doravante o termo “dólar” significa a moeda de curso legal nos Estados Unidos da América.

Este Convênio é formalizado por força do Fundo Especial do Japão.

O Banco e o Beneficiário acordam o seguinte:

Primeiro. **Partes integrantes do Convênio.** Este Convênio é integrado por esta primeira parte, denominada “Disposições Especiais”; pela segunda parte, denominada “Normas Gerais”; e pelo Anexo Único aqui incorporados. No Artigo 1 das Normas Gerais, define-se a hierarquia entre as partes e o Anexo Único acima referidos.

Segundo. **Órgão Executor.** (a) A execução do Programa e a utilização dos recursos da Contribuição do Banco caberão à Secretaria de Saneamento da Prefeitura da Cidade de Belém (doravante denominada indistintamente “SESAN”, “Órgão Executor” ou “Beneficiário”).

Terceiro. **Condições prévias ao primeiro desembolso.** (a) Além das condições prévias estipuladas no Artigo 2 das Normas Gerais, o primeiro desembolso dos recursos da Contribuição está condicionado ao cumprimento, de maneira satisfatória para o Banco, das seguintes condições:

- (i) que tenha sido apresentada evidência de que o Beneficiário ou o Órgão Executor, conta com um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno adequados, aos quais faz referência o Artigo 12 das Normas Gerais.
- (ii) que tenham sido apresentados:
 - (A) os desenhos finais de engenharia para a Unidade Básica Ambiental (UBA);
 - (B) os termos de referência finais para a revitalização e utilização das áreas degradadas;
 - (C) os termos de referência finais para o Componente de Fortalecimento Institucional; e
 - (D) prova de que a associação de catadores e recicladores de lixo sólido que administrará a UBA foi legalmente constituída e está em funcionamento.

Quarto. **Reembolso de despesas a débito da Contribuição.** Com a concordância do Banco, poderão ser utilizados recursos da Contribuição para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem no Programa a partir de 19 de outubro de 2010 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

Quinto. **Prazos.** (a) O prazo para a execução do Programa será de 24 (vinte quatro) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio.

(b) O prazo para o desembolso dos recursos da Contribuição será de 30 (trinta) meses, contados da data da entrada em vigor deste Convênio. Qualquer parte da Contribuição não utilizada dentro desse prazo será cancelada.

(c) Os prazos indicados acima e outros estabelecidos neste Convênio só poderão ser prorrogados por razões justificadas e com a concordância por escrito do Banco.

Sexto. **Custo total do Programa e recursos adicionais.** (a) O Beneficiário compromete-se a efetuar oportunamente, os aportes requeridos à Contribuição (doravante denominados “Aporte”), para a plena e ininterrupta execução do Programa. O total do Aporte foi estimado no equivalente a US\$ \$188.000,00 (cento e oitenta e oito mil dólares), a fim de completar a

soma equivalente a US\$ 938.000,00 (novecentos e trinta e oito mil dólares), custo total estimado do Programa, sem que estas estimativas reduzam a obrigação do Beneficiário de aportar os recursos adicionais requeridos para a conclusão do Programa.

(b) O Aporte do Beneficiário será US\$ 99.108,00 (noventa e nove mil cento e oito dólares) em dinheiro e US\$ 88.892,00 *in natura* e se destinará a financiar as categorias a ele debitadas, estabelecidas no orçamento do Programa que consta do Anexo Único.

Sétimo. **Reconhecimento de despesas a débito do Aporte.** O Banco poderá reconhecer como parte dos recursos do Aporte para o Programa as despesas efetuadas ou que vierem a ser efetuadas no Programa a partir de 19 de outubro de 2010 e até a data da entrada em vigor deste Convênio, desde que tenham sido cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Convênio.

Oitavo. **Moedas para os desembolsos.** O Banco fará o desembolso da Contribuição em dólares.

Nono. **Taxa de Câmbio.** Para efeitos do estipulado no Artigo 8 das Normas Gerais deste Convênio, as partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (b)(i) A do referido Artigo.

Décimo. **Uso da Contribuição.** Os recursos da Contribuição só poderão ser usados para a aquisição de bens e serviços relacionados e a seleção e contratação de consultores dos países membros do Banco.

Décimo primeiro. **Aquisição de obras, bens e serviços relacionados.** A aquisição de obras, bens e serviços relacionados será feita de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-7 (“Políticas para a aquisição de bens e obras financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), de julho de 2006 (doravante denominado “Políticas de Aquisições”), que o Beneficiário declara conhecer e pelas seguintes disposições:

- (i) **Licitação Pública Internacional:** Salvo estabelecido em contrário no inciso (ii) seguinte, os bens e serviços relacionados deverão ser adquiridos de acordo com as disposições da Seção II das Políticas de Aquisições.
- (ii) **Outros procedimentos de aquisições:** Os seguintes métodos de aquisição poderão ser utilizados para a aquisição de bens e serviços relacionados:
 - (A) Licitação Pública Nacional, para bens e serviços relacionados cujo custo estimado seja menor que o equivalente a US\$ 500.000,00 (quinhentos mil dólares) por contrato, de acordo com o previsto nos parágrafos 3.3 e 3.4 dessas Políticas, e desde que sua aplicação não se oponha às garantias básicas que as licitações devem incorporar e às Políticas de Aquisições.

- (B) Comparação de Preços, para bens e serviços relacionados cujo custo estimado seja menor que o equivalente a US\$ 100.000,00 (cem mil dólares) por contrato, de acordo com o disposto no parágrafo 3.5 dessas Políticas;
- (iii) O Beneficiário compromete-se a identificar devidamente, por intermédio do Órgão Executor, os bens adquiridos com recursos da Contribuição com uma etiqueta ou rótulo que indique que esses bens foram financiados com recursos provenientes do Fundo Especial do Japão.
- (iv) Considerando que a Contribuição financiará a aquisição de obras, as partes acordam que qualquer referência nas Normas Gerais à aquisição de bens e serviços relacionados e ao fornecedor ou ao fornecedor de bens e serviços relacionados compreenderá também a aquisição de obras e bens e o contratante e o contratante de obras, respectivamente.

Décimo segundo. Contratação de Consultores. A seleção e contratação de consultores deverá ser feita de acordo com as disposições estabelecidas no documento GN-2350-7 (“Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), de julho de 2006 (doravante denominado “Políticas de Consultores”), que o Beneficiário declara conhecer e pela seguinte disposição:

- (i) O Beneficiário poderá utilizar o método estabelecido na Seção II e nos parágrafos 3.16 a 3.20 das Políticas de Consultores para a seleção de consultores baseada na qualidade e no custo; e qualquer dos métodos estabelecidos nas Seções III e V dessas políticas para a seleção de firmas consultoras e de consultores individuais, respectivamente. Para efeitos do estipulado no parágrafo 2.7 das Políticas de Consultores, a lista curta de consultores cujo custo estimado seja menor que o equivalente a US\$ 1.000.000 (um milhão de dólares) por contrato poderá ser integrada em sua totalidade por consultores nacionais.

Décimo terceiro. Plano de Aquisições. Antes de se fazer qualquer edital de licitação no caso de bens e serviços relacionados ou qualquer seleção e contratação de consultores, o Órgão Executor deverá apresentar à revisão e aprovação do Banco o plano de aquisições proposto para o Programa (doravante denominado “Plano de Aquisições”), que deverá incluir o custo estimado de cada contrato, o agrupamento dos contratos e os métodos de aquisição e seleção aplicáveis, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições e de Consultores. Este plano deverá ser atualizado a cada 6 (seis) meses ou conforme necessário durante a execução do Programa e cada versão atualizada será submetida à revisão e aprovação do Banco.

Décimo quarto. Revisão dos contratos. Salvo determinação em contrário por escrito do Banco, os contratos de bens e serviços e de consultores serão revistos *ex-ante*, de acordo com os procedimentos estabelecidos nos parágrafos 2 e 3 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições e das Políticas de Consultores.

Décimo quinto. Acompanhamento e Avaliação. (a) O Beneficiário deverá apresentar ao Banco os seguintes relatórios: (i) relatórios trimestrais de andamento, dentro dos 30 (trinta) dias

seguintes à finalização de cada semestre calendário; (ii) um relatório final, dentro de 6 (seis) meses contados do término da última atividade do Programa.

(b) O Beneficiário compromete-se a colaborar com o Banco e a oferecer-lhe todas as informações que este razoavelmente lhe solicitar a fim de que o Banco possa realizar a avaliação intermediária e final do Programa, a primeira 18 (dezoito) meses após da assinatura do Convênio e a segunda 90 (noventa) dias após a finalização do período de execução.

Décimo sexto. Demonstrativos financeiros e outros relatórios. O Beneficiário compromete-se a que sejam apresentados, dentro dos prazos e durante o período estabelecidos abaixo, os seguintes relatórios:

- (i) dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de vencimento de cada exercício fiscal do Beneficiário e durante o prazo para desembolsos da Contribuição, relatórios financeiros não auditados relativos às atividades financiadas no ano anterior para os componentes do Programa. O último desses relatórios financeiros será apresentado dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes à data estipulada para o último desembolso da Contribuição.
- (ii) dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias seguintes à data estipulada para o último desembolso da Contribuição, as demonstrações financeiras auditadas do Programa.

Décimo sétimo. Disponibilidade de informações. O Beneficiário compromete-se a comunicar ao Banco, por escrito, dentro de um prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura deste Convênio, se considera alguma parte deste Convênio como confidencial ou delicada, ou que possa afetar negativamente as relações entre os países membros e o Banco ou entre os clientes do setor privado e o Banco, caso em que o Beneficiário compromete-se a indicar as disposições consideradas como tais. De acordo com a política sobre disponibilidade de informações do Banco, este colocará à disposição do público o texto deste Convênio, depois que ele houver sido assinado e entrado em vigor, excluindo somente as informações que o Beneficiário houver identificado como confidenciais, delicadas ou prejudiciais às relações com o Banco, na forma indicada neste parágrafo.

Décimo oitavo. Comunicações. Todos os avisos, pedidos, comunicações ou notificações que as partes devam encaminhar-se em virtude deste Convênio serão efetuados por escrito e se considerarão realizados desde o momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário no endereço indicado na primeira página deste Convênio e ao Fax (91) 3261-9116.

Do Beneficiário:

Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN
Avenida Almirante Barroso 3110 - Bairro do Marco
Belém, PA 66.610-830
Tel: 55 (91) 3261-9115

Do Banco:

Banco Interamericano de Desenvolvimento

1300 New York Avenue, N.W.
Washington, D.C. 20577
Estados Unidos da América
Fax: (202) 623-3096

Nestes termos, solicito a V. Sa., como representante do Beneficiário, a aceitação do mesmo aos termos deste Convênio, mediante a assinatura e entrega de uma das vias originais desta carta à Representação do Banco em Brasília.

Este Convênio, depois de assinado em 2 (duas) vias originais de igual teor por representantes devidamente autorizados, entrará em vigor na data da sua assinatura pelo Beneficiário. Se no prazo de 1 (um) ano contado da data de assinatura deste Convênio, a execução do Programa não houver sido iniciada ou nenhuma parte dos recursos da Contribuição houver sido desembolsada, todas as disposições, ofertas e expectativas de direito nele contidas serão consideradas inexistentes para todos os efeitos legais, sem necessidade de notificação, não havendo, portanto, responsabilidade alguma para nenhuma das partes.

Atenciosamente,

/a/

Fernando Carrillo-Flórez
Representante do Banco no Brasil

DE ACORDO:

SECRETARIA MUNICIPAL
DE SANEAMENTO - SESAN

/a/

Donatila do Pilar Costa Nogueira
Secretária Municipal de Saneamento da SESAN

Data: 27/06/2011

NORMAS GERAIS APLICÁVEIS ÀS
COOPERAÇÕES TÉCNICAS NÃO-REEMBOLSÁVEIS

Artigo 1. Aplicação e alcance das Normas Gerais. (a) Estas Normas Gerais estabelecem termos e condições aplicáveis, de modo geral, a todas as cooperações técnicas não-reembolsáveis do Banco, e suas condições constituem parte integrante deste Convênio. Qualquer exceção a estas Normas Gerais será expressamente indicada no texto das Disposições Especiais.

(b) Se houver incongruência ou contradição entre alguma estipulação das Disposições Especiais ou do Anexo ou dos Anexos e estas Normas Gerais, prevalecerá o previsto nas Disposições Especiais ou no respectivo Anexo. Quando houver incongruência ou contradição entre estipulações das Disposições Especiais e do Anexo ou dos respectivos Anexos, prevalecerá o princípio segundo o qual a estipulação específica prevalece em relação à geral.

Artigo 2. Condições prévias ao primeiro desembolso. (a) O primeiro desembolso da Contribuição está condicionado a que o Beneficiário, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, tenha:

- (i) designado um ou mais funcionários que possam representá-lo em todos os atos relacionados com a execução deste Convênio e feito chegar ao Banco exemplares autênticos das assinaturas desses representantes. Caso sejam designados dois ou mais funcionários, cumpre informar se ambos podem agir individualmente ou se o farão necessariamente em conjunto; e
- (ii) apresentado um cronograma para o uso do Aporte;

(b) Se, dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da entrada em vigor deste Convênio, ou de um prazo mais longo que as partes tenham acordado por escrito, não se cumprirem as condições prévias ao primeiro desembolso estabelecidas neste artigo e nas Disposições Especiais, o Banco poderá rescindir este Convênio, dando ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, o respectivo aviso.

Artigo 3. Requisitos para todos os desembolsos. Para que o Banco efetue qualquer desembolso será necessário: (a) que o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, tenha apresentado por escrito ou por meios eletrônicos, de acordo com a forma e condições especificadas pelo Banco, um pedido de desembolso e que, em respaldo a esse pedido, tenham sido fornecidos ao Banco os documentos pertinentes e demais antecedentes requeridos pelo Banco; (b) que o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, tenha aberto e mantenha uma ou mais contas bancárias em uma instituição financeira na qual o Banco realizará os desembolsos da Contribuição; (c) salvo acordo em contrário com o Banco, os pedidos deverão ser apresentados, o mais tardar, com trinta 30 (trinta) dias calendário de antecedência à data em que vencer o prazo para desembolsos ou a sua prorrogação, acordada por escrito entre o Banco e o Beneficiário ou Órgão Executor, conforme o caso; e (d) que não tenha ocorrido nenhuma das circunstâncias descritas no Artigo 7 destas Normas Gerais.

Artigo 4. Forma dos desembolsos da Contribuição. (a) O Banco poderá efetuar desembolsos a débito da Contribuição da seguinte forma: (a) mediante transferências em favor do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, das somas a que tenha direito de acordo com este Convênio sob a modalidade de reembolso de despesas e adiantamento de fundos¹; (ii) mediante pagamentos por conta do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, e em acordo com ele, a terceiros e outras instituições bancárias; e (iii) mediante outra modalidade que as partes tenham acordado por escrito. Qualquer despesa bancária cobrada por terceiro em razão dos desembolsos será de responsabilidade do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso.

(b) A débito da Contribuição e cumpridos os requisitos previstos nos Artigos 2 e 3 destas Normas Gerais e nos Artigos pertinentes das Disposições Especiais, o Banco poderá efetuar o desembolso de recursos da Contribuição para:

- (i) Reembolsar ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, as despesas relacionadas com a execução do Programa que tenha financiado com seus recursos ou com outras fontes de financiamento, que sejam financiáveis com recursos da Contribuição, de acordo com as disposições deste Convênio. Salvo acordo expresse entre as partes, os pedidos de reembolso para reembolsar despesas financiadas pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, conforme o caso, deverão ser realizados prontamente à medida que o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, incorra nessas despesas ou, o mais tardar, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao encerramento de cada semestre calendário ou em outro prazo que as partes acordem; e
- (ii) Adiantar recursos ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, com base nas necessidades de liquidez do Programa para cobertura das despesas relacionadas com a sua execução que sejam financiáveis a débito da Contribuição, de acordo com as disposições deste Convênio. O montante máximo de cada adiantamento de fundos será fixado pelo Banco e consistirá em uma quantidade determinada com base nas necessidades de liquidez do Programa para cobrir previsões periódicas de despesas relacionadas com a sua execução que sejam financiáveis a débito da Contribuição. Em nenhum momento o montante máximo de um adiantamento de fundos poderá exceder a soma requerida para o financiamento dessas despesas, durante um período de até 6 (seis) meses, de acordo com o cronograma de investimentos e o fluxo de recursos requeridos para esses propósitos, e a capacidade demonstrada do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, para administrar de forma eficiente os recursos da Contribuição.

¹ “Adiantamento de fundos” significa o montante de recursos antecipados pelo Banco ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, a débito dos recursos da Contribuição, para atender despesas elegíveis do Programa.

(c) O Banco poderá: (i) ampliar o montante máximo de uma antecipação de fundos vigente quando tenham surgido necessidades imediatas de recursos que, a critério do Banco, o justifiquem, sempre que tenha sido justificadamente solicitado pelo Beneficiário ou pelo Órgão Executor, conforme o caso, e tenha sido apresentado, à satisfação do Banco, um demonstrativo das despesas programadas para a execução do Programa correspondente ao período de antecipação de fundos vigente; ou (ii) efetuar uma nova antecipação de fundos com base no indicado no inciso (b)(ii) anterior quando tenha sido justificado, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do saldo total acumulado do(s) adiantamento(s) de fundos anterior(es).

(d) O Banco poderá também reduzir ou cancelar o saldo total acumulado do(s) adiantamento(s) de fundos caso determine que os recursos desembolsados da Contribuição não foram utilizados ou justificados devida e oportunamente, à satisfação do Banco, de acordo com as disposições estabelecidas neste Convênio.

Artigo 5. Período de encerramento². O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá: (a) apresentar, à satisfação do Banco, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contado a partir da data estipulada para o último desembolso da Contribuição, a documentação de respaldo das despesas efetuadas a débito do Programa e demais informações que o Banco houver solicitado, e (b) restituir ao Banco, no mais tardar, até o último dia do vencimento do Período de Encerramento, o saldo não utilizado ou não devidamente justificado dos recursos desembolsados da Contribuição. Caso esteja previsto o financiamento dos serviços de auditoria a débito dos recursos da Contribuição e esses serviços não sejam encerrados e pagos antes do vencimento do Período de Encerramento a que se refere o inciso (a) anterior, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá informar e acordar com o Banco a forma como será viabilizado o pagamento desses serviços, e restituir os recursos da Contribuição destinados a esse fim, caso o Banco não receba as demonstrações financeiras e demais relatórios auditados dentro dos prazos estipulados neste Convênio.

Artigo 6. Despesas a débito da Contribuição. A Contribuição será destinada exclusivamente para cobrir os itens alocados a seu débito no orçamento do Programa incluído no Anexo Único que descreve o Programa. Somente poderão ser lançadas a débito da Contribuição as despesas reais e diretas efetuadas para a execução do Programa. Não poderão ser lançadas despesas indiretas ou serviços de funcionamento geral não incluídos no orçamento do Programa.

Artigo 7. Suspensão e cancelamento dose desembolsos e outras medidas. (a) O Banco poderá suspender os desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada da Contribuição se ocorrer alguma das seguintes circunstâncias: (i) inadimplência por parte do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, de qualquer obrigação estipulada neste Convênio; (ii) caso seja determinado, em qualquer etapa, que existe evidência suficiente para confirmar uma alegação de que um empregado, agente ou representante do Beneficiário ou do Órgão Executor tenha cometido uma prática proibida durante o processo de licitação, de negociação de um contrato ou da execução do contrato; e (iii) qualquer circunstância que, a critério do Banco,

² “Período de encerramento” significa o prazo de 90 (noventa) dias contado a partir da data estipulada para o último desembolso dos recursos da Contribuição, para a finalização dos pagamentos pendentes a terceiros, a apresentação da justificação final das despesas efetuadas, a reconciliação de registros e a devolução ao Banco dos recursos da Contribuição desembolsados e não justificados.

possa tornar improvável a consecução dos objetivos do Programa. Nesses casos, o Banco notificará por escrito o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, a fim de que este apresente seus pontos de vista e, transcorridos 30 (trinta) dias da data da comunicação enviada pelo Banco, este poderá suspender os desembolsos ou cancelar a parte não desembolsada da Contribuição.

(b) Por força do disposto no inciso (a), as partes convêm em que, caso ocorram no Beneficiário ou no Órgão Executor mudanças institucionais ou organizacionais que, na opinião do Banco, possam afetar a consecução oportuna dos objetivos do Programa, o Banco revisará e avaliará as possibilidades da consecução dos objetivos e, a seu critério, poderá suspender, condicionar ou cancelar os desembolsos da Contribuição.

(c) O Banco poderá cancelar a parte não desembolsada da Contribuição destinada à aquisição de determinados bens, obras, serviços relacionados ou serviços de consultoria, se, a qualquer momento, determinar que: (i) as aquisições ou contratações foram efetuadas sem a observância dos procedimentos estabelecidos neste Convênio; ou (ii) representantes do Beneficiário ou do Órgão Executor incorreram em qualquer prática proibida, tanto durante o processo de seleção de empreiteiro, fornecedor ou consultor como durante a negociação ou a execução do respectivo contrato, sem que, para corrigir a situação, o Beneficiário ou o Órgão Executor tivesse tomado as medidas apropriadas e aceitáveis do ponto de vista do Banco e de acordo com as garantias do devido processo previstas na legislação do país do Beneficiário ou do Órgão Executor.

(d) Para os efeitos do inciso anterior, entende-se que uma prática proibida inclui, mas não se limita, aos seguintes atos: (i) “prática corrupta”, que consiste em oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra parte; (ii) “prática fraudulenta”, que é qualquer ato ou omissão, inclusive a tergiversação de fatos e circunstâncias, que, deliberadamente ou por negligência grave, enganem ou tentem enganar qualquer parte para a obtenção de um benefício financeiro ou de outra índole ou para a evasão de uma obrigação; (iii) “prática coercitiva”, que consiste em prejudicar ou causar dano, ou ameaçar com prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou a seus bens para influenciar de forma indevida as ações de uma parte; (iv) “prática colusiva”, que é um acordo entre duas ou mais partes com a intenção de alcançar um propósito indevido, inclusive influenciar de forma indevida as ações de outra parte; e (v) “prática obstrutiva”, que consiste em: (A) destruir, falsificar, alterar ou ocultar deliberadamente evidência significativa para a investigação ou realizar declarações falsas perante os investigadores com o fim de impedir materialmente uma investigação do Banco sobre denúncias de uma prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte para impedir que divulgue seu conhecimento sobre assuntos relevantes para a investigação ou que prossiga com a investigação, ou (B) atos realizados com a intenção de impedir materialmente o exercício dos direitos contratuais do Banco de auditar ou ter acesso à informação.

(e) Se ficar comprovado que, de acordo com os procedimentos administrativos do Banco ou os procedimentos acordados entre o Banco e outras instituições financeiras internacionais para o reconhecimento mútuo de sanções, inclusive decisões de desclassificação,

qualquer empresa, entidade ou indivíduo em representação ou participação de um projeto financiado pelo Banco, inclusive, entre outros, Beneficiário, licitantes, fornecedores, empreiteiros, subempreiteiros, solicitantes, consultores e Órgão Executor (incluindo seus respectivos funcionários, empregados e representantes), cometeu uma prática proibida, o Banco poderá:

- (i) decidir não financiar nenhuma proposta de adjudicação de um contrato ou de um contrato adjudicado para bens, serviços relacionados e serviços de consultoria financiado pelo Banco;
- (ii) suspender os desembolsos da Contribuição, conforme disposto no inciso (a) supra destas Normas Gerais, se ficar determinado, em qualquer etapa, que existe evidência suficiente para comprovar uma alegação de que um empregado, agente ou representante do Beneficiário ou do Órgão Executor cometeu uma prática proibida;
- (iii) cancelar a parte não desembolsada da Contribuição relacionada com um contrato, conforme disposto no inciso (c) supra destas Normas Gerais, quando existir evidência de que o representante do Beneficiário não tomou as medidas corretivas adequadas em um prazo que o Banco considere razoável e de acordo com as garantias de devido processo estabelecidas na legislação do país do Beneficiário;
- (iv) emitir uma advertência na forma de uma carta formal de censura à conduta da empresa, entidade ou indivíduo;
- (v) declarar uma pessoa, entidade ou empresa não-qualificada, de forma permanente ou por determinado período de tempo, para a adjudicação de contratos no âmbito de projetos financiados pelo Banco, exceto nas condições que o Banco julgar apropriadas;
- (vi) encaminhar o tema às autoridades competentes encarregadas de fazer cumprir as leis; e/ou
- (vii) impor outras sanções que julgar apropriadas dentro das circunstâncias do caso, inclusive a imposição de multas que representem para o Banco o reembolso dos custos de investigação e processo. Estas sanções poderão ser impostas de forma adicional ou em substituição de outras sanções.

(f) A imposição de qualquer medida que seja tomada pelo Banco de acordo com as disposições acima referidas poderá ser efetuada de forma pública ou privada.

(g) O disposto nos incisos (a) e (c) acima não afetará as quantias que o Banco se tenha comprometido por escrito perante o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, a pagar a débito dos recursos da Contribuição a um fornecedor de bens e serviços relacionados ou de serviços de consultoria. O Banco poderá deixar sem efeito o compromisso indicado neste inciso (g) quando determinar, de maneira que lhe seja satisfatória, que ocorreram uma ou mais

práticas proibidas a que se refere o inciso (d) deste artigo, com relação ao processo de seleção, à negociação ou à execução do contrato para a aquisição dos referidos bens e serviços relacionados ou serviços de consultoria.

Artigo 8. Taxa de câmbio para programas financiados com recursos expressos em dólares.

(a) Desembolsos:

- (i) A equivalência em dólares de outras moedas conversíveis em que possam ser feitos os desembolsos da Contribuição será calculada aplicando-se, na data do desembolso, a taxa de câmbio vigente no mercado; e
- (ii) A equivalência em dólares da moeda local ou de outras moedas não conversíveis, em caso de programas regionais, em que os desembolsos da Contribuição possam ser feitos, será calculada aplicando-se, na data do desembolso, a taxa de câmbio que corresponda ao entendimento vigente entre o Banco e o respectivo país para os efeitos de manter o valor em dólares da moeda local ou de outras moedas não-conversíveis, em caso de programas regionais, em poder do Banco.

(b) Despesas efetuadas:

- (i) A equivalência na moeda da Contribuição de uma despesa efetuada na moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, será calculada aplicando-se uma das seguintes taxas de câmbio, de acordo com o estabelecido nas Disposições Especiais deste Convênio: (A) a mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados na moeda da Contribuição para a moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor. Neste caso, para fins de reembolso de despesas a débito da Contribuição e de reconhecimento de despesas a débito do Aporte, será aplicada a taxa de câmbio vigente na data de apresentação do pedido ao Banco; ou (B) a taxa de câmbio vigente no país do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, na data do efetivo pagamento da despesa na moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor.

Artigo 9. Taxa de câmbio para programas financiados com recursos em moedas conversíveis diferentes do dólar. (a) Desembolsos. O Banco poderá converter a moeda desembolsada a débito dos recursos do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais em:

- (i) outras moedas conversíveis, aplicando a taxa de câmbio vigente no mercado na data do desembolso; ou
- (ii) moeda local ou outras moedas não conversíveis, aplicando, em caso de programas regionais, na data do desembolso, o seguinte procedimento: (A)

será calculada a equivalência da moeda do fundo em administração indicado nas Disposições Especiais em dólares, aplicando a taxa de câmbio vigente no mercado; (B) posteriormente, será calculada a equivalência desses dólares na moeda local ou em outras moedas não conversíveis, aplicando a taxa de câmbio que corresponda ao entendimento vigente entre o Banco e o respectivo país para os efeitos de manter o valor em dólares dessas moedas em poder do Banco.

(b) Despesas efetuadas

- (i) A equivalência na moeda da Contribuição de uma despesa efetuada na moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, será calculada aplicando-se uma das seguintes taxas de câmbio, de acordo com o estabelecido nas Disposições Especiais deste Convênio: (A) a mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados na moeda da Contribuição para a moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor. Neste caso, para fins de reembolso de despesas a débito da Contribuição e de reconhecimento de despesas a débito do Aporte, será aplicada a taxa de câmbio vigente na data de apresentação do pedido ao Banco; ou (B) a taxa de câmbio vigente no país do Beneficiário ou do Órgão Executor, conforme o caso, na data do efetivo pagamento da despesa na moeda do país do Beneficiário ou do Órgão Executor.

Artigo 10. Aquisição de bens e serviços relacionados e contratação de consultores. (a) Com débito à Contribuição e até o montante destinado a tal fim no orçamento incluído no Anexo Único que descreve o Programa, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá adquirir os bens e serviços relacionados e contratar os consultores previstos no Programa.

(b) Quando os bens e serviços relacionados e os consultores adquiridos e contratados para o Programa forem financiados com recursos do Aporte, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, utilizará, sendo possível, procedimentos que permitam a participação de vários proponentes e oferecedores e dispensará a devida atenção aos aspectos de economia, eficiência e razoabilidade de preços.

(c) Quando forem utilizadas outras fontes de financiamento que não os recursos da Contribuição nem os do Aporte, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, poderá acordar com o financiador o procedimento a ser seguido para a aquisição de bens e serviços relacionados e a contratação de consultores. Sem embargo, a pedido do Banco, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá demonstrar a razoabilidade tanto do preço pactuado ou pago pela aquisição de tais bens e serviços relacionados ou pela contratação de consultores, como das condições financeiras dos créditos. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá demonstrar, igualmente, que a qualidade dos bens e serviços relacionados e dos consultores satisfaz os requisitos técnicos do Programa.

(d) Durante a execução do Programa, os bens a que se refere o inciso (a) anterior serão utilizados exclusivamente para a realização do Programa.

(e) Os bens compreendidos no Programa serão mantidos adequadamente de acordo com normas técnicas geralmente aceitas em um nível compatível com os serviços que devam prestar.

Artigo 11. Outras obrigações contratuais dos consultores. Além dos requisitos especiais incluídos nas Disposições Especiais, no(s) Anexo(s) e nos respectivos termos de referência, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, acorda que os contratos assinados com os Consultores estabelecerão também as obrigações destes de:

(a) fazer os esclarecimentos ou ampliações que o Beneficiário, o Órgão Executor ou o Banco julgarem necessários acerca dos relatórios que eles estão obrigados a apresentar, de acordo com os termos de referência estabelecidos em seus respectivos contratos;

(b) fornecer ao Beneficiário ou ao Órgão Executor e ao Banco as informações adicionais que estes razoavelmente lhes solicitarem em relação ao andamento de seus trabalhos;

(c) no caso de consultores internacionais, desempenhar seus trabalhos de forma integrada com o pessoal profissional local designado ou contratado pelo Beneficiário ou o Órgão Executor para participar da realização do Programa, a fim de completar os trabalhos e oferecer um treinamento técnico e operacional a esse pessoal;

(d) ceder ao Banco os direitos autorais, as patentes e qualquer outro direito de propriedade intelectual, nos casos em que procedam esses direitos, sobre os trabalhos e documentos produzidos pelos consultores no âmbito dos contratos de consultoria financiados com os recursos do Programa; e

(e) não obstante o estipulado no inciso (d) anterior, para dar a divulgação oportuna aos resultados do Programa, o Banco outorga ao Beneficiário ou ao Órgão Executor o direito de uso e fruição dos produtos das consultorias financiadas com recursos do Programa, sujeito ao entendimento de que o Beneficiário ou o Órgão Executor utilizará esses produtos de consultoria de acordo com o estabelecido no Artigo 16 destas Normas Gerais.

Artigo 12. Sistema de Informação Financeira e Controle Interno. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverá manter: (i) um sistema de informação financeira aceitável ao Banco, que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos da Contribuição e de outras fontes de financiamento, se for o caso; e (ii) uma estrutura de controle interno que permita a gestão efetiva do Programa, proporcione confiabilidade sobre a informação financeira, registros e arquivos físicos, magnéticos e eletrônicos, e permita o cumprimento das disposições previstas neste Convênio.

(b) O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, compromete-se a manter os registros originais do Programa por um período mínimo de 3 (três) anos depois da data

estipulada para o último desembolso da Contribuição, de modo a: (i) permitir a identificação das quantias recebidas das diferentes fontes; (ii) consignar, em conformidade com o sistema de informação financeira aprovado pelo Banco, as despesas realizadas a débito do Programa, tanto com os recursos da Contribuição como com os demais recursos necessários para a sua completa execução; (iii) conter o detalhamento necessário para identificação dos serviços contratados e dos bens adquiridos, conforme o caso, assim como a utilização dos referidos bens e serviços; (iv) evidenciar a conformidade da autorização e do pagamento do serviço contratado ou do bem adquirido, conforme o caso; (v) incluir a documentação relacionada com o processo de contratação, aquisição e execução dos contratos financiados pelo Banco e por outras fontes de financiamento, o que compreende, embora de forma não limitativa, os editais de licitação, os pacotes de propostas, os resumos, as avaliações das propostas, os contratos, a correspondência, os produtos e minutas de trabalho, as faturas, os certificados e relatórios de aceitação, recibos, incluindo documentos relacionados com o pagamento de comissões, e pagamentos a representantes, consultores e empreiteiros; e (vi) demonstrar o custo do Programa em relação a cada categoria do seu orçamento.

Artigo 13. Auditoria Externa. (a) O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, compromete-se a apresentar ao Banco, durante o período de execução do Programa e dentro dos prazos e com a frequência indicados nas Disposições Especiais deste Convênio, as demonstrações financeiras do Programa e outros relatórios que o Banco razoavelmente solicitar, assim como qualquer informação financeira adicional solicitada pelo Banco com relação a esses relatórios e demonstrações, de acordo com padrões e princípios de contabilidade aceitáveis ao Banco.

(b) O Beneficiário se compromete a que as demonstrações financeiras e demais relatórios indicados nas Disposições Especiais deste Convênio sejam auditados por auditores independentes aceitáveis ao Banco, de acordo com padrões e princípios de auditoria aceitáveis ao Banco, e a apresentar, à satisfação do Banco, qualquer informação que este solicitar com relação aos auditores independentes contratados.

(c) O Beneficiário se compromete a selecionar e contratar, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, os auditores independentes necessários à apresentação oportuna das demonstrações financeiras e dos demais relatórios mencionados no inciso (b) anterior, no mais tardar, 4 (quatro) meses antes do encerramento da cada exercício fiscal do país do Beneficiário, a partir da data de entrada em vigor deste Convênio ou em outro prazo acordado pelas partes, de acordo com os procedimentos e os termos de referência previamente acordados com o Banco. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, autorizará os auditores a fornecerem ao Banco a informação adicional que este possa razoavelmente solicitar com relação às demonstrações financeiras e a outros relatórios auditados.

(d) Nos casos em que a auditoria esteja a cargo de um órgão oficial de fiscalização e esse não possa realizar o trabalho de acordo com requisitos satisfatórios ao Banco ou dentro dos prazos, durante o período e com a frequência estipulados neste Convênio, o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, selecionará e contratará os serviços de auditores independentes aceitáveis ao Banco de acordo com o indicado no inciso (c) anterior.

(e) Sem prejuízo do estabelecido nos incisos anteriores, o Banco, de forma excepcional e mediante prévio acordo entre as partes, poderá selecionar e contratar os serviços de auditores independentes para a preparação das demonstrações financeiras e de outros relatórios auditados previstos neste Convênio quando: (i) os benefícios da seleção e contratação desses serviços pelo Banco sejam maiores; ou (ii) os serviços de firmas privadas e contadores públicos independentes no país forem limitados; ou (iii) quando circunstâncias especiais justifiquem a seleção e contratação de tais serviços pelo Banco.

(f) O Banco se reserva o direito de solicitar ao Beneficiário ou ao Órgão Executor, conforme o caso, a realização de outra classe de auditorias externas ou de trabalhos relacionados com a auditoria de projetos, do Órgão Executor e de entidades relacionadas, do sistema de informação financeira e das contas bancárias do Programa, entre outras. A natureza, frequência, alcance, oportunidade, metodologia, tipo de normas de auditoria aplicáveis, relatórios, procedimentos de seleção e termos de referência serão estabelecidos de comum acordo entre as partes.

Artigo 14. Inspecções. (a) O Banco poderá estabelecer os procedimentos de inspeção que julgar necessários para assegurar-se do desenvolvimento satisfatório do Projeto.

(b) O Beneficiário e o Órgão Executor, conforme o caso, permitirão que o Banco inspecione a qualquer momento o Programa, bem como os equipamentos e materiais correspondentes, e examine os registros e documentos cujo conhecimento considere pertinente. No desempenho dessa tarefa, o pessoal enviado ou designado pelo Banco para o cumprimento deste propósito, como investigadores, representantes, auditores ou peritos, contará com a mais ampla colaboração das respectivas autoridades. Todas as despesas relativas a transporte, salário e demais gastos efetuados com esse pessoal serão pagas pelo Banco.

(c) O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, deverão fornecer ao Banco, se seu representante autorizado o solicitar, todos os documentos, inclusive os relacionados com aquisições, que o Banco possa razoavelmente requerer. Ademais, o Beneficiário e o Órgão Executor colocarão à disposição do Banco, se lhes for solicitado com razoável antecipação, seu pessoal para que responda às indagações que o pessoal do Banco possa ter em relação à revisão ou auditoria dos documentos. O Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, apresentará os documentos oportunamente, ou uma declaração juramentada na qual constem as razões pelas quais a documentação solicitada não se encontra disponível ou está sendo retida.

(d) Caso o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso, se recuse a cumprir o pedido feito pelo Banco, ou de alguma maneira oponha obstáculos à revisão do assunto por parte do Banco, o Banco, à sua inteira discricão, poderá adotar as medidas que considerar apropriadas contra o Beneficiário ou o Órgão Executor, conforme o caso.

Artigo 15. Outros compromissos. O Beneficiário, por si próprio ou por intermédio do Órgão Executor, deverá:

- (a) proporcionar aos consultores e aos peritos e especialistas locais serviços de secretaria, escritórios, materiais, comunicações, transporte e todo apoio logístico que requeiram para a prestação de seus serviços;
- (b) apresentar ao Banco cópia dos relatórios dos consultores e suas observações sobre eles;
- (c) fornecer ao Banco qualquer outra informação adicional ou pareceres jurídicos que este razoavelmente lhe solicite a respeito da realização do Programa e do uso da Contribuição e do Aporte; e
- (d) manter o Representante do Banco no respectivo país ou países informado sobre todos os aspectos do Programa.

Artigo 16. Publicação de documentos. Qualquer documento a ser emitido no nome do Banco ou usando seu logotipo que se queira publicar como parte de um projeto especial, programa conjunto, esforço de investigação ou qualquer outra atividade financiada com os recursos do Programa, deverá ser previamente aprovado pelo Banco.

Artigo 17. Supervisão local. Sem prejuízo do acompanhamento dos trabalhos do Programa realizado pelo Beneficiário ou Órgão Executor, conforme o caso, o Banco poderá supervisionar a execução do Programa no local, por meio de sua Representação no país ou nos países dos funcionários que designar para este fim.

Artigo 18. Alcance do compromisso do Banco. Fica entendido que o fato de conceder a Contribuição não implica compromisso algum de parte do Banco no sentido de financiar, total ou parcialmente, qualquer programa ou projeto que, direta ou indiretamente, possa resultar da realização do Programa.

Artigo 19. Arbitragem. Qualquer controvérsia decorrente deste Convênio que não seja resolvida por acordo entre as partes será submetida, incondicional e irrevogavelmente, ao seguinte procedimento e sentença:

- (a) **Composição do Tribunal.** O Tribunal de Arbitragem será composto por 3 (três) membros, designados da seguinte forma: o primeiro pelo Banco, o segundo pelo Beneficiário e o terceiro (doravante, o “Dirimente”) por acordo direto entre as partes ou por intermédio dos respectivos árbitros. Se as partes ou os árbitros não chegarem a um acordo sobre a escolha do Dirimente, ou se uma das partes não puder designar árbitros, o Dirimente será designado, a pedido de qualquer das partes, pelo Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos. Se uma das partes não designar árbitro, este será designado pelo Dirimente. Se algum dos árbitros designados ou o Dirimente não quiser ou não puder atuar ou continuar atuando, proceder-se-á à sua substituição de forma idêntica à indicada para a designação original. O sucessor estará investido das mesmas funções e atribuições de seu antecessor.

- (b) **Início do Procedimento.** Para submeter a controvérsia à arbitragem, a parte reclamante dirigirá à outra parte uma comunicação escrita expondo a natureza da reclamação, a satisfação ou reparação pretendida e o nome do árbitro que designa. A parte que houver recebido essa comunicação deverá, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, comunicar à parte contrária o nome da pessoa que designar como árbitro. Se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da entrega da citada comunicação ao reclamante, as partes não houverem acordado quanto à pessoa do Dirimente, qualquer uma delas poderá recorrer ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, para que este proceda à designação.
- (c) **Constituição do Tribunal.** O Tribunal de Arbitragem será constituído em Washington, Distrito de Colúmbia, Estados Unidos da América, na data em que o Dirimente designar e, uma vez constituído, funcionará nas datas que o próprio Tribunal fixar.
- (d) **Procedimento.**
 - (i) O Tribunal só terá competência para conhecer os pontos da controvérsia. Adotará seu próprio procedimento e, por iniciativa própria, poderá designar os peritos que julgar necessários. Em qualquer caso, deverá dar às partes a oportunidade de expor suas razões em audiência.
 - (ii) O Tribunal julgará segundo sua consciência, com base nos termos do Convênio, e proferirá sua sentença mesmo no caso em que uma das partes seja revel.
 - (iii) A sentença será reduzida a termo e adotada com o voto concorrente de pelo menos dois membros do Tribunal. Deverá ser exarada dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da designação do Dirimente, a menos que o Tribunal determine que, por circunstâncias especiais e imprevistas, esse prazo deva ser ampliado. A sentença será notificada às partes mediante comunicação assinada por pelo menos dois membros do Tribunal. As partes acordam que qualquer sentença do Tribunal deverá ser cumprida dentro de 30 (trinta) dias contados da data da notificação, terá efeito executivo e não admitirá nenhum recurso.
- (e) **Custas.** Os honorários de cada árbitro serão cobertos pela parte que o houver designado e os honorários do Dirimente, por ambas as partes em proporção igual. Antes de o Tribunal ser constituído, as partes acordarão quanto aos honorários das demais pessoas que, segundo convenham, entendam que devam intervir no procedimento de arbitragem. Se o acordo não ocorrer oportunamente, o próprio Tribunal fixará a compensação que seja razoável para essas pessoas, levando em conta as circunstâncias. Cada parte pagará as próprias despesas no procedimento de arbitragem, mas as custas do Tribunal serão pagas pelas partes em proporção igual. Qualquer dúvida quanto à divisão das custas ou à forma em que devam ser pagas será resolvida pelo Tribunal, sem direito a ulterior recurso.

- (f) **Notificações.** Toda notificação relacionada com a arbitragem ou a sentença será feita na forma prevista neste artigo. As partes renunciam a qualquer outra forma de notificação.

ANEXO ÚNICO

O PROGRAMA

Estratégia de Gestão de Resíduos Sólidos para a Sustentabilidade Ambiental e Social da Bacia do Una na cidade de Belém - PROGRESBU

I. Objeto

- 1.01 O objetivo geral do Programa é contribuir para a sustentabilidade social, ambiental e técnica do Projeto Una por meio da implantação de uma estratégia inovadora de gestão de resíduos sólidos na área da bacia na cidade de Belém que reduzirá e eliminará o despejo ilegal de resíduos sólidos em canais, estradas e terras vazias da área. Para alcançar esse objetivo, o Programa conta com três componentes com os seguintes propósitos conexos: (i) reduzir o despejo de lixo e resíduos sólidos em canais, estruturas de controle de inundações, estradas e áreas desocupadas, através de um programa de coleta seletiva de lixo, reciclagem e educação pública; (ii) reabilitar áreas públicas e espaços vazios dentro da bacia para transformá-los em espaços públicos verdes, parques e hortas; (iii) fortalecer a SESAN para o manejo adequado do lixo sólido na área com a colaboração voluntária da comunidade.

II. Descrição

- 2.01 O Programa está estruturado em três componentes:

Componente 1: Seleção, reciclagem e despejo do lixo.

- 2.02 Este componente financiará atividades para identificar as causas subjacentes e tomar as medidas corretivas necessárias para eliminar o despejo ilegal de lixo gerado na área do Programa.
- 2.03 Este componente focalizará a promoção da coleta seletiva de lixo, reciclagem, reutilização e destinação final apropriada dos materiais de lixo sólido coletados e processados. O componente incluirá: (i) a construção e operação de uma Unidade Básica Ambiental (UBA); (ii) a implantação de coleta seletiva de lixo de porta em porta na área do Programa; (iii) implementação de um programa de educação ambiental abrangente na área da bacia.
- 2.04 O conceito da UBA está sendo disseminado pelo governo federal como solução comprovada para manejar os resíduos de limpeza de quintais, atividades de construção e fontes domésticas de lixo em áreas similares à da bacia do Una.

- 2.05 A UBA deverá ser construída em um espaço de cerca de 1.500 m², de propriedade da SESAN, localizado em Passagem Mirandinha no bairro de Maracangalha, Distrito Administrativo de Sacramento. A UBA servirá de centro temporário de armazenagem, seleção e reciclagem para a destinação final apropriada do lixo sólido, incluindo a comercialização de materiais reciclados.
- 2.06 A UBA será administrada por uma associação, estabelecida para esse propósito e constituída de catadores e recicladores de lixo sólido (operadora da UBA). De acordo com o Programa, a associação e seus membros receberão o treinamento administrativo, legal, ambiental e de outro tipo necessário e contarão com a supervisão e apoio de uma força-tarefa técnica da SESAN, assim como com o apoio de consultores considerados para o Programa. Os membros podem ser empregados na UBA como catadores ou como empreendedores independentes, contando com apoio logístico e treinamento do operador da UBA.
- 2.07 A UBA também servirá de centro de educação ambiental, para divulgar informações ao público, treinar líderes comunitários, e como ponto focal na comunidade para a entrega voluntária de lixo sólido e centro de atendimento para solicitar a retirada de lixo e entulho das residências. Por meio de seus membros (recicladores e catadores de lixo sólido), a operadora da UBA vai organizar e implantar rondas programadas pelos bairros para a coleta regular de materiais recicláveis de lixo sólido, servindo assim às comunidades e estando empregados de forma produtiva com uma fonte de renda da venda pela operadora da UBA dos materiais reciclados.
- 2.08 O Programa fornecerá: (i) a base para a organização de indivíduos e grupos de catadores de lixo numa entidade legal nas Áreas do Projeto Vale-dos-Cães; (ii) organização, apoio e treinamento para a coleta, reciclagem e venda de lixo reciclável ou despejo de materiais não comercializáveis; (iii) a base para o contato e a educação comunitária necessária. A UBA servirá de centro operacional e ponto focal para o Programa.
- 2.09 As metas deste componente são: (i) identificação das causas do despejo ilegal de lixo e a provisão do apoio necessário à comunidade e à SESAN para resolver o problema; (ii) estabelecer e colocar em plena operação duas Unidades Básicas Ambientais na área, em grande parte com recursos de contrapartida para (a) servirem de centros de coleta, reciclagem e educação ambiental para a área da bacia do Una, (b) apoiar campanhas educacionais, organizar e treinar catadores e recicladores, e possibilitar a comercialização de produtos reciclados e o despejo apropriado de materiais não utilizáveis; (iii) (a) sensibilizar a população sobre a necessidade da separação do lixo sólido e aumentar a conscientização pública acerca do valor dos produtos recicláveis; (b) atender a toda a população do distrito com campanhas educacionais e medidas de acompanhamento para permitir a implementação das práticas recomendadas através da entrega voluntária à UBA, assim como visitas de porta em porta por toda a área feitas por catadores e recicladores treinados e organizados pela operadora da UBA; (c) trabalhar com as escolas locais para aumentar a conscientização dos alunos e professores sobre a necessidade e os benefícios da reciclagem e treinar alunos na área de influência para desenvolver atividades de educação ambiental; (d) treinar 25 líderes (multiplicadores) de

associações de bairro do distrito e estabelecer um comitê de educação ambiental; (e) realizar 16 seminários sobre saúde e segurança ambiental.

- 2.10 Os resultados esperados do Componente 1 são: redução dos resíduos sólidos lixo da área que requer disposição final, redução dos custos de coleta de resíduos sólidos e redução e, gradualmente, eliminação total de todo o despejo ilegal de resíduos sólidos em canais, estradas e áreas vazias. Também espera-se que o Programa gere emprego e renda para cerca de 100 famílias já envolvidas com a reciclagem informal de resíduos sólidos na área do Programa.

Componente 2: Reabilitação e utilização de áreas vazias.

- 2.11 Este componente financiará a identificação, remoção e despejo apropriado de resíduos sólidos domiciliares ilegalmente despejados pela comunidade e acumulados em dezesseis terrenos baldios que foram criados durante a execução do Projeto Una. Com base na experiência e nos interesses locais, planeja-se que essas áreas públicas sejam utilizadas como parques e locais de produção de alimentos mediante o estabelecimento de hortas comunitárias. O componente também financiará as atividades necessárias para atrair o setor privado para a operação e manutenção dessas áreas, com base na experiência em outras partes da cidade onde empresas privadas se tornaram patrocinadoras de parques e/ou bulevares. A perspectiva de participação do setor privado é grande, devido ao envolvimento de várias empresas e entidades do setor privado em projetos similares em outras áreas, e ao seu claro interesse em estender suas ações à bacia do Una.
- 2.12 Os resultados esperados são: (i) eliminação total do despejo ilegal de resíduos sólidos em terrenos baldios; reabilitação e transformação de 12 das 16 áreas para uso recreativo e produtivo como espaços verdes e jardins; (ii) estabelecimento e manutenção de dois parques temáticos ambientais com espécies nativas; (iii) envolvimento do setor privado na adoção e manutenção de ao menos 20% das áreas reabilitadas; (iv) redução em 50% dos custos incorridos pela prefeitura para manutenção das áreas vazias e reabilitadas.

Componente 3: Fortalecimento Institucional.

- 2.13 Este componente financiará a contratação de consultores para treinar os funcionários da SESAN na implementação e manutenção de projetos com um extenso envolvimento comunitário. Financiará também a troca de experiências com projetos similares na Região e o estabelecimento de uma força-tarefa permanente constituída de pessoal da SESAN com responsabilidade direta pela gestão de resíduos sólidos e a supervisão da operação das atividades da UBA na bacia do Una.

III. Custo do Programa e Orçamento

- 3.01 O custo total do Programa é US\$ 938.000, dos quais, US\$ 750.000 serão financiados com recursos não reembolsáveis do Fundo Especial Japonês (JSF). A contribuição de contrapartida no valor de US\$ 188.000 será fornecida pela Prefeitura da Cidade de Belém e consistirá de US\$ 99.108 em dinheiro e US\$ 88.892 *in natura* (bens e serviços):

Custo e financiamento
(em US\$)

Custo e financiamento em US\$	BID/JSF	Contribuição Local	Total
<u>Supervisão e Administração (execução)</u>	112.508	88.892	201.400
Componente 1. Redução de Resíduos Sólidos e Disposição final	232.892	99.108	332.000
Equipamento para a UBA	42.733	59.267	102.000
Implementação da UBA	190.159	39.841	230.000
Componente 2. Reabilitação de terrenos baldios	274.600	-	274.600
Equipamento para os parques	39.092	-	39.092
Reabilitação de áreas degradadas	196.416	-	196.416
Paisagismo	39.092	-	39.092
Componente 3. Fortalecimento Institucional	100.000	-	100.000
Consultores em fortalecimento institucional	100.000	-	100.000
Auditoria	30.000		30.000
TOTAL	750.000	188.000	938.000

IV. Execução

Órgão Executor

- 4.01 A Secretaria de Saneamento da Prefeitura da Cidade de Belém (SESAN) será o Órgão Executor do Programa.
- 4.02 A SESAN será responsável por: (i) contratar os consultores necessários; (ii) organizar e administrar os programas de treinamento; (iii) preparar os termos de referência (TR); (iv) proporcionar a supervisão técnica dos serviços prestados; (iv) fazer a prestação de contas dos recursos financeiros. Conforme observado anteriormente a UBA será administrada por uma associação de catadores e recicladores de lixo sólido, estabelecida

e treinada para esse fim, contando com a supervisão e o apoio da SESAN. A SESAN designará um coordenador, um engenheiro, um especialista social e um especialista ambiental para executar o Programa.